

Conselho de Arbitragem

Remunerações de Juízes 2018

Honorários e constituições de painéis mínimas e obrigatórias em provas homologadas pela FPS, de carácter regional, nacional, incluindo os Eventos Especiais.

Eventos de Surf:

Prova Grau IV	# Juízes - Painel	Honorários / Dia
Internacionais	4	120,00 €
Nacionais	2	85,00 €
Spotter	1	40,00 €
DT	1	150,00 €
CJ	1	150,00 €
Provas de Grau III		
Internacionais	3	90,00 €
Nacionais	2	70,00 €
Spotter	1	30,00 €
DT	1	120,00 €
CJ	1	120,00 €
Provas de Grau II		
Internacionais	2	70,00 €
Nacionais	2	60,00 €
Spotter	1	30,00 €
DT	1	90,00 €
CJ	1	90,00 €
Provas de Grau I		
Internacionais	1	65,00 €
Nacionais	3	55,00 €
Spotter	1	30,00 €
DT	1	90,00 €
CJ	1	90,00 €

Prova Grau IV - Premiação Monetária Superior a 10.000€

Provas de Grau III - Premiação Monetária Inferior a 10.000€

Provas de Grau II - Premiação Monetária Inferior a 3.000€

Provas de Grau I - Sem Premiação Monetária

Eventos de Bodyboard:

Provas de Grau III	# Juízes - Painel	Honorários / Dia
Internacionais	3	75,00 €
Nacionais	2	60,00 €
Spotter	1	30,00 €
DT	1	100,00 €
CJ	1	100,00 €

Provas de Grau II		
Internacionais	3	65,00 €
Nacionais	2	55,00 €
Spotter	1	30,00 €
DT	1	80,00 €
CJ	1	80,00 €
Provas de Grau I		
Internacionais	1	60,00 €
Nacionais	2	50,00 €
Spotter	1	30,00 €
DT	1	75,00 €
CJ	1	75,00 €

Provas de Grau II - Premiação Monetária Superior a 3.000€

Provas de Grau II - Premiação Monetária Inferior a 3.000€

Provas de Grau I - Sem Premiação Monetária

Eventos Modalidades de Promoção (Longboard; Skimboard, SUP e Bodysurf) Participações em Estágios e/ou Competições da Seleção Nacional *

Provas de Grau I	# Juízes - Painei	Honorários / Dia
Internacionais*	1	50,00 €
Nacionais	1	45,00 €
Spotter	1	25,00 €
DT	1	75,00 €
CJ	1	75,00 €

Provas de Grau I - Premiação Inferior a 3.000€

Circuitos Regionais: (valores aconselhados)

Provas de Grau I	# Juízes - Painei	Honorários / Dia
Internacionais / Nacionais	3	35.00 €
Regionais	3	0.00 €
Spotter	1	0.00 €
DT	1	50.00 €
CJ	1	50.00 €

*O Conselho de Arbitragem convocará 3 juízes, que poderão ser de qualquer destas categorias

Regras Gerais:

Em todas as provas o pagamento será efectuado contra a entrega dos respectivos recibos passados a favor da entidade organizadora. O recibo deverá incluir o valor dos honorários e do subsídio de deslocação. Os juízes serão remunerados pela categoria pela qual foram convocados.

Nos eventos relativos às modalidades de promoção, e apenas nestes eventos, quando uma exista acumulação de funções de DT e CJ, os honorários serão acrescidos de 30% em relação à tabela respectiva.

Os DT's e CJ's apenas receberão a sua remuneração após o envio dos relatórios relevantes, para o mail ca@surfingportugal.com com assunto "..."

As convocatórias serão divulgadas via Internet entre o dia 1 e o dia 5 nos meses de Fevereiro, Abril, Junho, Agosto e Outubro, na página da FPS (www.surfingportugal.com).

As convocatórias relativamente aos DT's, CJ's e juizes Internacionais serão divulgadas aos mesmos no início do ano, deverão ser confirmadas para a totalidade das mesmas. Qualquer não aceitação da convocatória por parte destes juizes deverá ser feita por escrito.

Os juizes terão, obrigatoriamente, de confirmar a presença até ao dia 12 dos meses acima referenciados via E-MAIL dirigido a fps@surfingportugal.com e com cópia para ca@surfingportugal.com. Neste e-mail de confirmação os juizes deverão indicar se, e a partir de quando, necessitam alojamento. A não confirmação da convocatória nos termos anteriores implicará a sua substituição sem qualquer outro aviso.

É obrigatório que todos os juizes estejam federados, sob pena de não serem convocados.

Eventos Cancelados:

- Em eventos cancelados até às 9:00am do dia anterior ao 1º dia de prova, não haverá qualquer pagamento.
- Em situações onde o evento seja cancelado, depois do 1º dia de prova, durante a primeira hora após o check-in, a organização será responsável pelo pagamento de 50% da diária do 1º dia.
- Em situações onde o evento seja cancelado depois da primeira hora após o check-in a organização será responsável pelo pagamento integral da diária.
- Em situações onde o(s) último(s) dia(s) do evento previsto seja(m) cancelado(s) mas o evento tenha sido terminado haverá lugar ao pagamento integral dos dias em que estava previsto a realização da prova.

Alojamentos, Subsídios de Deslocação e Alimentação:

O direito a alojamento providenciado pela entidade organizadora, assim como a base de cálculo para os subsídios de deslocação serão determinados no site www.viamichelin.pt tendo referências a distância mais curta entre a localidade de residência, e o local de prova.

Só poderão requerer alojamento durante os eventos os juízes que residam a mais de 50km's do local de prova. Só poderão requerer alojamento para a noite anterior ao início do evento os juízes que residam a mais de 100km's do local de prova.

Na eventualidade de um juiz confirmar a necessidade de alojamento, e que este não seja por si utilizado, o juiz terá de reembolsar a entidade organizadora dos custos do alojamento, tomando como referência o valor ao público para um quarto individual, independentemente das razões apresentadas.

Todos os juízes que não tenham tido direito a alojamento têm direito a subsídio de deslocação para cada um dos dias de competição. Relativamente aos juízes que com direito a alojamento, o número máximo de viaturas com direito a subsídio de deslocação estará limitado a um rácio de uma viatura por cada 2 membros do staff técnico. Para base deste cálculo será considerado o número de membros de staff técnico das seguintes categorias: DT; CJ; Juízes Internacionais e Juízes de 1ª Categoria. Todos os juízes que residam num raio de 20 Km's uns dos outros deverão viajar no mesmo veículo até um máximo de 3 juízes por viatura.

O subsídio só será devido relativamente a viaturas que efectivamente tenham sido utilizadas nas deslocações dos juízes presentes na prova, sendo que uma delas será sempre a do Director Técnico. No caso de haver mais viaturas do que as estipuladas, os pagamentos serão efectuados ordenadamente primeiramente pelas deslocações mais distantes até às mais próximas num máximo das viaturas definidas para cada evento (DT Incluído) efectivamente presentes. O limite máximo de Km's para efeitos de cálculo em eventos em território nacional é de 850km's, para eventos fora do território nacional será de 1.250km's. Apenas uma viatura por evento poderá receber subsídio superior a 700km's.

Nos Circuitos Regionais apenas haverá subsídio de deslocação para o Chefe de Juízes, Director Técnico, que sempre que possível, deverão deslocar-se no mesmo veículo.

O valor do subsídio de deslocação será de 0,21€/Km.

Subsídios de alimentação - (Quando não providenciados pela organização)

Pequeno-almoço – 3€

Almoço ou Jantar - 12€

Saudações desportivas,

Diogo Afonso
Presidente do Conselho de Arbitragem

Artur Cardoso Ferreira
Vice-Presidente da FPS